

# **MINERÍA TRANSNACIONAL Y RESISTENCIAS SOCIALES EN ÁFRICA Y AMÉRICA LATINA**

Experiencias de resistencia y de movilización social frente a las estrategias corporativas de las compañías Vale (Brasil) y AngloGold Ashanti (Sudáfrica) en Argentina, Colombia, Perú, Angola y Mozambique.



# MINERAÇÃO TRANSNACIONAL E RESISTÊNCIAS SOCIAIS NA ÁFRICA E NA AMÉRICA LATINA

Experiências de resistência e de mobilização social frente às estratégias corporativas das companhias Vale (Brasil) e AngloGold Ashanti (África do Sul) na Argentina, Colômbia, Peru, Angola e Moçambique.

*Una publicación de Diálogo de los Pueblos y Grupo de Estudios sobre América Latina y el Caribe (GEAL), 2011.*

## ELABORACIÓN<sup>1</sup>

Emilio Taddei, José Seoane y  
Clara Algranati, con la colaboración  
del equipo del GEAL.

## REVISIÓN Y TRADUCCIÓN

Celina Lagrutta

## DISEÑO GRÁFICO

Guto Miranda

## APOYO



Las opiniones expresadas por los autores del texto no comprometen las diversas posiciones políticas de las organizaciones participantes en la publicación del material.

Este material puede ser reproducido total o parcialmente siempre que se cite la fuente del mismo.

---

<sup>1</sup> José Seoane es sociólogo, profesor e investigador de la Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA, Argentina) y miembro del GEAL.

Emilio Taddei es politólogo, profesor e investigador de la Universidad Nacional de Lanús (UNLa, Argentina) y miembro del GEAL.

Clara Algranati es socióloga, profesora e investigadora de la Universidad de Buenos Aires y miembro del GEAL.

# RESUMO

Este trabalho apresenta as principais conclusões de um estudo sobre as características e consequências que depara o novo ciclo da mineração transnacional, particularmente na África e na América Latina, assim como analisa o desenvolvimento e as estratégias corporativas de dois dos grandes conglomerados empresariais protagonistas desse processo: a Vale (Brasil) e a AngloGold Ashanti (África do Sul). Com base nesse panorama, são examinadas algumas das experiências de resistência e de luta contra os efeitos dos empreendimentos mineiros dessas empresas na Argentina, Colômbia, Peru, Angola, Moçambique e África do Sul. A primeira parte do trabalho é dedicada a apresentar as características mais distintivas do novo ciclo da mineração transnacional, marcado, entre outras questões, pela exploração mineira a céu aberto. Em seguida, são apresentadas as particularidades mais salientes das citadas companhias mineradoras, de suas jazidas minerais nos países mencionados e os contornos das estratégias de “governabilidade social” por elas desenvolvidas. Em último lugar, apresenta-se uma sintética resenha das experiências de resistência mais destacadas protagonizadas por diversos movimentos e organizações sociais que lutam contra o desenvolvimento da “megamineração” nos países considerados. Nesse sentido, as observações preliminares apresentadas neste trabalho têm por objetivo oferecer ferramentas para a reflexão sobre os desafios que enfrentam as comunidades e povos afetados, assim como contribuir para a discussão coletiva sobre o papel da mineração transnacional no capitalismo contemporâneo e os desafios das convergências internacionais das lutas antimineradoras e pela desmercantilização da vida.



# **GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E MINERAÇÃO TRANSNACIONAL**

A sangrenta conquista da América perpetrada pelos ibéricos no final do século XV marcou a abertura de um tempo histórico na experiência civilizatória da humanidade. Este foi definido pela constituição paulatina, mas ininterrompida desde então, do primeiro padrão de poder em escala mundial e sua expansão geográfica sob a hegemonia político-imperial da chamada “civilização ocidental” (Quijano, 2000). Essa experiência esteve, desde suas origens, intrinsecamente vinculada ao processo de espoliação ao que foram submetidos os povos da Nossa América-Abya Yala por parte dos conquistadores. A extração e apropriação de metais preciosos foi decisiva na monetarização das redes comerciais sob o peso do ouro e da prata “europeus” arrancados das Américas. O “eurocentramento” do mundo ocorrido a partir do século XVI e a abertura do ciclo histórico até hoje conhecido como “modernidade” estarão estreitamente associados, entre outras questões, à capacidade europeia de exercer o controle das redes comerciais até então sob domínio de diferentes sociedades asiáticas. Tal processo implicou, também, uma difusão do capital como relação social hegemônica em escala planetária e do capitalismo como modo de produção dominante e veículo da divisão racial do trabalho cujos traços impregnam até os dias de hoje a geografia social do capitalismo. Entretanto, essa mesma experiência não deixa de levar as marcas, desde o momento da conquista americana até a atualidade, de processos de resistência e luta protagonizados pelos povos submetidos à dinâmica do novo padrão de poder.

A perfuração e saqueio dos socavões de prata e ouro organizados pelos colonizadores ibéricos às custas das vidas dos povos originários foi a marca distintiva da abertura desse tempo histórico. A exploração da mineração metálica deu início a um prolongado ciclo de despossessão dos bens naturais na América Latina, magistralmente condensado na metáfora das “veias abertas latino-americanas”, formulada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano, veias pelas quais drenaram, e drenam ainda hoje, seus bens para os centros metropolitanos do capitalismo. A “moderna” colonização africana, ocorrida a partir de meados da década de 1870, na fase de expansão do imperialismo industrial-financeiro,

constituiu, com contornos similares aos da trágica experiência das outrora Índias Ocidentais, mas também com particularidades próprias, um novo capítulo da expansão desse padrão mundial de poder. Como acontecera quatrocentos anos antes, novamente a espoliação dos bens comuns naturais – em particular dos minerais – e o extermínio e subordinação dos povos originários tingiram a brutal experiência “civilizatória” europeia em terras africanas e contribuíram para dar um novo alento expansivo, no século XIX, ao padrão de poder colonial-moderno.

Nas últimas décadas do século XX, a extração de minérios metálicos e não metálicos conheceu um novo e inusitado impulso em escala mundial, sob a renovada mundialização capitalista, agora em sua fase neoliberal. Diversos processos convergiram na promoção do novo “boom minerador” do início do século XXI. Por um lado, a transformação e a consolidação de um novo padrão sócio-técnico e tecnológico do capital desempenharam um papel importante na mercantilização de certos minérios metálicos e não metálicos antes excluídos do processo de valorização capitalista. Dessa forma, a chamada “terceira revolução industrial” da era informática e digital e o ingente requerimento de componentes metálicos e minerais para a produção em massa de novos produtos eletrônicos e digitais estimularam o que é hoje uma nova corrida mundial pelo seu controle e apropriação. Por outro lado, a chamada “revolução verde”, do final do século XX, que implicou a difusão, em escala mundial, do agronegócio como paradigma dominante da produção de alimentos, fez emergir um modelo produtivo alimentar altamente mercantilizado, que encontra na produção crescente de agroquímicos um de seus sustentos. Vale ressaltar que a composição química e a elaboração industrial de muitos desses produtos demandam também “novos” minerais não metálicos.

O aumento da demanda e a elevação dos preços dos minerais também contribuíram para a expansão da atividade mineradora no plano internacional. Paralelamente, o processo de concentração de capital e riqueza que caracteriza a fase neoliberal do capitalismo também teve sua expressão no setor da mineração. Isso se refletiu na criação de novos conglomerados empresariais, surgidos de aquisições e/ou fusões entre diversas empresas. A combinação dessas tendências resultou numa crescente expansão dos investimentos e dos empreendimentos das megacorporações mineradoras. Assim, mais uma vez, o chamado Terceiro Mundo foi o cenário privilegiado do novo ciclo de expansão da mineração, agora sob o predomínio dessas corporações transnacionais.

No contexto da intensificação dos processos de privatização e liberalização, os países da chamada “periferia do capitalismo” promoveram nos anos ‘90 reformas pró-mercado que configuraram um contexto político, jurídico e econômico sumamente favorável aos interesses e estratégias produtivas e financeiras das corporações transnacionais. Esses processos foram particularmente intensos

em vários países da América Latina, onde foram implementadas verdadeiras contrarreformas jurídicas, a partir da aprovação de novas leis e códigos de mineração que favoreceram o livre acesso e apropriação das transnacionais em territórios que eram considerados, por direito ou de fato, bens públicos ou comuns. Esse processo de “balizamento neoliberal” das condições de investimento privado no setor da mineração combinou-se com o aumento dos preços dos minerais e configurou um cenário amplamente favorável para o capital privado transnacional nesse setor de atividade. Os empreendimentos mineiros floresceram com particular intensidade no início do novo milênio, tanto em países de vasta tradição em mineração (especialmente em alguns países andinos da América Latina ou no Sul da África) quanto em outros países onde esta atividade havia permanecido restringida, durante décadas, a espaços geográficos reduzidos e que se tornaram agora novos centros estratégicos da produção mineradora, por suas reservas não exploradas. A intensidade e rapidez da expansão desses novos empreendimentos dá conta de um novo ciclo da mineração, que modificou a geografia e a territorialidade social de regiões inteiras nos países “periféricos” e mostra-se decisivo na consolidação do perfil extrativista-exportador dominante da atividade econômica nos agora chamados “países emergentes”. Nesse sentido, as dinâmicas e características políticas, econômicas e sociais que articulam o ciclo produtivo da “nova mineração” evocam – com as particularidades do atual momento histórico – os fantasmas da pilhagem dos bens naturais que habitam a história latino-americana e africana há cinco séculos, atualizando um processo de recolonização que erode a soberania dos povos e intensifica a mercantilização da vida (Seoane, Taddei, Algranati, 2010).

### **Traços e características distintivas da mineração transnacional na era neoliberal.**

Em sua configuração atual, o extrativismo mineral da fase neoliberal assume características novas e particulares – por suas modalidades tecnológicas, produtivas, de investimento e de comercialização – que o diferenciam dessa atividade tal como era executada no passado. Tais particularidades supõem uma série de transformações com consequências regressivas, como, por exemplo, o impacto ambiental dos empreendimentos, a desestatização da regulação social e a privatização, a reconfiguração das relações sociais nos territórios e o estreitamento dos direitos democráticos das populações afetadas, entre outros. Neste ponto, apresentamos, de forma sintética, algumas das principais características e problemas da atual expansão da megamineração.

Uma primeira questão diz respeito às escalas e modalidades técnicas assumidas pela exploração mineral contemporânea. A sobre-exploração de minas subterrâneas praticada durante séculos trouxe como consequência o esgota-

mento de certos minerais metálicos. Por isso, a necessidade de satisfação da crescente demanda de minerais metálicos e não metálicos significou, na perspectiva das grandes multinacionais e dos governos, a progressiva difusão de novos métodos e técnicas que garantissem a coleta e o processamento da grande quantidade de recursos que se encontram ainda dispersos na superfície dos territórios. Assim, nas últimas duas décadas, foram consolidadas práticas de mineração que sustentam a extração através da explosão de grandes massas rochosas e/ou da exploração intensiva com procedimentos químicos. Essa prática é a que se conhece como “mineração a céu aberto”. Em muitos casos, essa modalidade é levada a cabo por meio da liquefação da rocha com o emprego de substâncias altamente contaminantes, como o mercúrio, o cianeto, o ácido sulfúrico, entre outros. Além disso, requer grandes quantidades de água, necessária para produzir um “barro químico” a partir do qual se extraem os diferentes minerais. A combinação de ambos os processos tende a esgotar e contaminar rapidamente os bens hídricos das regiões submetidas à exploração mineradora.

Devido a essas dinâmicas produtivas, a indústria mineradora contemporânea requer grandes volumes de capital para o desenvolvimento dos citados empreendimentos, cuja rentabilidade está associada, na maior parte dos casos, a ciclos de exploração prolongados no tempo. Essa característica, entre outros fatores, estimulou os processos de concentração de capital no setor, através da conformação de grandes conglomerados empresariais e aumentou a pressão sobre os Estados para financiar com recursos públicos os colossais volumes de investimento requeridos pelas empresas privadas e públicas do setor para garantir sua rentabilidade a longo prazo. Dessa forma, como já assinalamos, o desenvolvimento da megamineração foi acompanhado, nas últimas décadas, por gigantescos e regulares processos de concentração da propriedade do capital minerador em escala mundial. Os processos de compra e/ou fusão de empresas existentes resultaram na consolidação de conglomerados mineradores associados a potentes grupos económicos industriais e financeiros com capacidade de arcar com investimentos em grande escala. A conformação desses conglomerados aumentou sua capacidade de pressão e de *lobby* empresarial sobre os Estados, particularmente nos países do chamado Terceiro Mundo, e sobre as diversas frações das classes dominantes locais. Manifestação disso foi, e continua sendo, o crescente poder dessas megaempresas para promover e obter a modificação de regulações jurídicas pré-existentes, com o objetivo de liberalizar e flexibilizar as condições de investimento no setor e legitimar regimes tributários que garantam lucros extraordinários em prejuízo do interesse público. A expansão dessa atividade hegemônica por corporações transnacionais erode, assim, de forma constante e crescente, a soberania dos povos e dos Estados.

Desde o século XIX, a dinâmica empresarial da mineração na esfera mundial se caracterizou pela expansão e domínio de empresas multinacionais procedentes de um núcleo de países pertencentes ou associados ao primeiro centro do capitalismo avançado (particularmente anglo-saxões como Austrália, Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha). A prolongação dessa realidade combina-se hoje com a emergência de novos conglomerados mineradores transnacionais originários de outras regiões (privados, privatizados ou estatais, nos quais se mesclam capitais locais e transnacionais) que conquistaram um peso crescente e, em alguns casos, se consolidaram como primeiras ou segundas empresas mundiais em diversos segmentos da atividade mineradora. Esse processo é particularmente visível nos casos do Brasil, Rússia, Índia, China (países que conformam o denominado BRIC) e, em menor medida, na África do Sul, países considerados hoje “atores emergentes” do capitalismo internacional. O rápido desenvolvimento de investimento de empresas oriundas desses países em regiões do Terceiro Mundo abre numerosas indagações e desafios em relação à natureza das relações sul-sul no atual contexto internacional. Um exemplo paradigmático é o caso da empresa brasileira Vale, que se consolidou como primeira companhia mundial de produção de minério de ferro. No caso da Índia, podem-se ser citadas as experiências da Coal India Ltd., maior produtor mundial de carvão, que adquiriu nos últimos anos minas nos Estados Unidos, Austrália e Indonésia; da Steer Overseas Pvt. Ltd. (SOPL), dedicada à extração e industrialização de aço e pertencente ao poderoso grupo Misra; e também de Ashapura Minechem, o maior explorador e processador de minérios na Índia. No caso da China, destacam-se a China Minmetals e sua subsidiária para investimentos no exterior Minerals and Metals Group (MMG), a maior empresa mineradora de metais do gigante asiático. E também a Agang Steel, Xinjiang Xinxin Mining Industry Co Ltd. (empresa dedicada à produção de cobre e níquel), a MCC (que desenvolve explorações de ouro e prata na Argentina) e o He Hopefull Grain & Oil Group (cobre e ferro), que lideram a expansão do país asiático no setor com uma ativa política de investimentos na África e na América Latina. No caso da África do Sul, país com uma vasta história e tradição mineradora, ligada a capitais britânicos e holandeses, entre outros, podemos mencionar a empresa AngloGold Ashanti, companhia líder na produção mundial de ouro e que está presente na Argentina, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, Colômbia, China, Dubai, Egito, Estados Unidos, Filipinas, Gabão, Gana, Guiné, Ilhas Salomão, Mali, Namíbia, Nova Zelândia, República Democrática do Congo, Rússia, Senegal, África do Sul e Tanzânia.

Por outro lado, o desenvolvimento dos empreendimentos de mineração em novos espaços geográficos coloca, para essas grandes corporações, a necessidade de contar com uma infraestrutura adequada que garanta seu funcionamento (sobretudo grandes quantidades de energia elétrica e água) e a exportação

dos minerais obtidos (estradas, ferrovias, portos, etc.). Nesse sentido, torna-se decisiva a ação dos Estados nacionais e dos organismos internacionais de crédito como promotores e financiadores dessas obras de infraestrutura. Os imperativos do modelo extrativista operam, então, como legitimadores de certo investimento estatal. O aludido “retorno do Estado” como agente de promoção do “desenvolvimento” na economia constitui um dos núcleos centrais da retórica e da prática “neodesenvolvimentista” promotora do impulso extrativista e dos empreendimentos mineradores em particular. Isso se faz especialmente visível na América Latina, onde muitos dos governos eleitos no último lustro, como resultado de processos de interpelação às políticas neoliberais, estimularam a promoção de investimentos transnacionais em mineração e financiam com fundos públicos as obras de infraestrutura requeridas por essa indústria. A ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil, é paradigmática em relação a essa questão. A relativa legitimidade conquistada pelas políticas neodesenvolvimentistas no atual contexto de crescimento econômico opera inibindo ou suprimindo o debate democrático sobre as consequências socioambientais, econômicas e políticas de alocar recursos públicos para garantir e sustentar a exploração capitalista intensiva dos bens comuns naturais.

Em relação a esta questão, a promoção da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul) talvez seja um dos casos mais representativos. Por sua vez, o crescente investimento público em benefício dos empreendimentos mineiros se combina, na maioria dos casos, com a vigência de marcos jurídicos regulatórios – resultados das mudanças legislativas introduzidas na década de ‘90 ou até mais recentemente – que beneficiam significativamente o acionar dessas corporações, por exemplo, através de regimes tributários irrisórios ou com exigências muito leves em termos de investimentos e proteção ambiental. Essa situação, entre outras, é a que empurra a maioria dos movimentos e coletivos que lutam contra a megamineração a denunciar a cumplicidade estatal na expansão dessa atividade, considerada um renovado saqueio aos povos, e a questionar a retórica oficial dos últimos governos da região, segundo a qual “cada país teria enormes dotações de recursos naturais, e a deterioração não é tão grave quanto a que se observaria nas nações industrializadas. Com essa concepção, os impactos ambientais seriam menores e quando aparecessem seriam controláveis, e caso não pudéssemos lidar com eles, deveriam ser aceitos como inevitáveis, como ‘sacrifícios’ locais necessários para uma bonança econômica nacional” (Gudynas, 2011).

Nesse sentido, as trágicas consequências socioambientais provocadas pela megamineração constituem outra das questões distintivas do novo ciclo da mineração. Devemos somar, às questões já referidas sobre o impacto ambiental acarretado pelos processos produtivos de lixiviação, os deslocamentos de comunidades camponesas e indígenas obrigadas frequentemente a abandonar suas

terras comunais. Essa lógica de despossessão gera também a perda de identidades e práticas político-culturais como resultado do desarraigamento padecido por aqueles que se veem obrigados a migrar para os grandes centros urbanos ou por aqueles que são “recolocados” em outras áreas rurais e condenados ao empobrecimento compulsório devido à expropriação de seus habitats de reprodução vital. Da mesma forma, a contaminação ambiental provocada pela explosão de rocha, pela utilização indiscriminada da água e de produtos químicos contaminantes, contribui para a propagação de novas doenças, à escassez crescente de água, à destruição de lavouras por falta de irrigação e à desertificação. Este último fator potencializa os fatores que contribuem para o aquecimento global do planeta.

Por último, destacamos que o crescente desenvolvimento de empreendimentos mineiros transnacionais na América Latina e na África teve como correlato experiências de resistência e de luta protagonizadas pelas populações afetadas. O incremento generalizado de conflitos socioambientais durante o último lustro, e contra a megamineração em particular, é a outra face da moeda da crescente incidência desse tipo de indústria no desenvolvimento econômico dessas regiões. O caso peruano é um claro exemplo. O incremento das concessões de mineração nesse país é acompanhado por um forte aumento das disputas socioambientais. Segundo um relatório elaborado pela Defensoria do Povo desse país andino, 48% dos conflitos sociais registrados no final de agosto de 2009 correspondem a contenciosos socioambientais; e 68% destes últimos são conflitos ligados à ação mineradora, sendo a maioria deles disputas contra a usurpação empresarial de terras comunais (Defensoria do Povo, 2009).

O caráter ilegítimo e antidemocrático de muitas das decisões políticas adotadas em prol da promoção dos empreendimentos mineiros aparece vinculado a uma característica assumida com frequência pelos processos de resistência na América Latina e que remete à tensão existente entre a “questão democrática” e a “lógica extrativista”. A promoção de investimentos em mineração sem consulta às comunidades e às populações afetadas viu-se confrontada em alguns países com a organização de consultas promovidas por diversos movimentos populares com o objetivo de comparar a efetiva legitimidade social de tais empreendimentos. Essa dinâmica democratizadora inscrita na ação das organizações prosperou na realização de referendos, nos quais se expressou a maciça rejeição das populações à mineração transnacional. O resultado e a “legitimidade de fato” dessas iniciativas compensam o estreitamento dos espaços democráticos erodidos pelo neoliberalismo, repõem “de baixo para cima” as fronteiras da soberania popular e conseguem, em alguns casos, postergar ou mesmo inviabilizar diversos projetos de mineração. As consultas populares de Tambogrande (Peru, 2002), de Esquel (Argentina, 2003), de Sipakapa (Guatemala, 2005) e de

Usa – Kirrandara no Vale do Cauca (Colômbia, 2009) são exemplos significativos do exercício dessa soberania democrática popular. Em forma paralela, mas em sentido contrário às pulsões democratizadoras que distinguem essas experiências populares, é preciso mencionar o aumento da repressão e da criminalização estatal e para-estatal e a judicialização dos conflitos sociais vinculados à não aceitação dos empreendimentos mineiros. A política de criminalização conjugou-se também com esquemas de propaganda empresarial sobre os supostos benefícios sociais associados ao desenvolvimento desses empreendimentos. Impulsionada e financiada pelas empresas, esta política está orientada a construir um consenso favorável às companhias mineradoras entre as populações locais afetadas e entre a opinião pública local e nacional. Mais adiante, abordaremos esse tema e os programas e ações envolvidos sob o rótulo de “responsabilidade social empresarial”.

# **DOIS GIGANTES DA MINERAÇÃO TRANSNACIONAL: OS CASOS DA VALE E DA ANGLOGOLD ASHANTI**

## **O boom minerador na América Latina e na África**

Como já mencionamos, o alvorecer do século XXI coincidiu com o início de um novo ciclo da mineração, impulsionado por um forte aumento dos preços dos principais metais no mercado mundial entre 2002 e 2008. Durante esses seis anos, as principais empresas mineradoras obtiveram lucros que superaram os rendimentos de qualquer outro setor no mundo, incluindo os setores farmacêutico e de telecomunicações (CONACAMI, 2009). Nesse período, a América Latina tornou-se o principal destino de investimentos por parte de empresas mineradoras, atraindo, no ano de 2007, 24% dos gastos de exploração no mundo e 34% dos gastos de investimento em projetos de mineração. Em 2008, houve uma retração do ritmo dos investimentos, como resultado da crise financeira. A queda dos preços, a restrição do financiamento, a desaceleração da economia brecharam ou adiaram circunstancialmente os projetos previstos e muitas companhias ajustaram suas operações, seja mediante a redução da produção ou do pessoal. Esse curto período de restrição da atividade estendeu-se até meados de 2009.

No entanto, a dinâmica do setor conhecerá um novo impulso a partir de 2010, em particular na América Latina, onde os investimentos experimentaram uma nova expansão em toda a região. Desde então, o Peru se perfilou como um dos países mais atraentes para o investimento em novas explorações mineiras, colocando-se em segundo lugar entre os países receptores de investimentos, logo depois do México (cabe destacar que em ambos os países está vigente um TLC com os Estados Unidos). Por outro lado, a exploração de risco no setor da mineração da Argentina registrou em 2010 um novo recorde histórico, com mais de 730 mil metros de perfurações em todo o país – 340% a mais do que em 2003, ano em que essa atividade começava a se recuperar – e um incremento de 21% acima do último recorde de exploração, alcançado em 2008, de 603 mil metros perfurados. Tendências similares podem ser encontradas no caso colombiano. Nesse país, a mineração “experimentou a partir de 2005 o crescimento mais alto de sua história; o aumento do PIB da mineração nesse período foi em média de 12% acima do incremento médio do país. Assim, por exemplo, no segundo

trimestre de 2010, enquanto a economia em seu conjunto cresceu 4,5%, a mineração triplicou essa cifra, chegando a 15%, merecendo a consideração de ‘locomotiva que empurra o dinamismo da economia nacional’. Na mesma direção, se no ano de 2009 a mineração equivalia a 5% da produção total do país, no final de 2010 ela poderia significar 9% da economia total” (Valencia, 2010).

Uma dinâmica similar pode ser encontrada no continente africano, onde a exploração de minerais é uma atividade dominante e representa o primeiro produto de exportação de quase metade dos países desse continente, que reúne um terço das reservas minerais mundiais. O aumento dos investimentos no setor está associado à progressiva abertura do setor minerador africano aos investimentos estrangeiros, por pressão do Banco Mundial. No início dos anos ‘80, Gana foi um dos primeiros países que desregulou esse setor, seguido por uma onda liberalizadora aprofundada nos anos ‘90 e primeira década do novo século que abrangeu a maioria dos países da África subsaariana, onde se concentra a maior parte dos bens minerais do continente. Esse impulso liberalizador permitiu a proliferação de legislações referentes à mineração chamadas de “terceira geração”, que erodiram o controle estatal pré-existente sobre a atividade. O período 2005-2007 caracterizou-se por um número recorde de operações no setor da mineração, que chegou a US\$ 158 bilhões. Como consequência do impacto da crise financeira, em 2008, os investimentos caíram para US\$ 122 bilhões em 2009, para conhecer um novo despontar a partir de 2010 (Performances, 2009). Assim, por exemplo, o governo de Angola – importante produtor e exportador de petróleo, mas cujo setor de mineração não diamantífera havia ficado relativamente estagnado desde meados dos anos ‘70 – tem enfatizado suas previsões de um relançamento e revitalização da exploração mineira.

É preciso chamar a atenção também, neste contexto, para o incremento do investimento direto no exterior de empresas mineradoras denominadas “translatinas”. Os investimentos das mineradoras latino-americanas no exterior têm sido motivados pelas perspectivas a longo prazo do desenvolvimento dos mercados de minérios e metais, sobretudo das chamadas “economias emergentes”. O caso da companhia Vale, do Brasil, uma das corporações analisadas, é emblemático. A pesar dos efeitos da crise internacional, que levaram a Vale a eliminar 1.300 empregos pelo mundo, em 2009, 30% do orçamento de investimentos de US\$ 14,2 bilhões foi destinado aos projetos no exterior, localizados em Moçambique (produção de carvão), Omã (pellets), Chile (usina hidrelétrica), Indonésia e Austrália (carvão) (CEPAL, 2009).

### **Vale: o gigante de ferro**

A recente consolidação da empresa de origem brasileira Vale como um dos novos gigantes da mineração é uma novidade no cenário da mineração transnacional. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a Vale tem presença em trinta

e sete países estrangeiros: Colômbia, Chile, Argentina, Peru, Paraguai, Canadá, Estados Unidos, Barbados, França, Noruega, Suíça, Reino Unido, Angola, Zâmbia, Moçambique, Guiné<sup>1</sup>, África do Sul, República Democrática do Congo, Gabão, Índia, China, Mongólia, Omã, Cazaquistão, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Tailândia, Singapura, Indonésia, Malásia, Gana, Libéria, Austrália e Nova Caledônia. A Vale é a maior empresa mineradora da América Latina e emprega atualmente mais de 115 mil pessoas, entre profissionais próprios e terceirizados. Fundada como empresa pública a partir do decreto de nacionalização de companhias mineradoras pré-existentes assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 1942, a companhia foi privatizada em 1997 pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Nos dias de hoje, praticamente a totalidade de seu pacote acionário está em mãos de particulares, incluindo fundos de investimento e de pensão brasileiros e estrangeiros.<sup>2</sup>

A mineração é uma das principais linhas de negócios da empresa, que participa na exploração de minério em 21 países, distribuída da seguinte forma: minério de ferro (59,2%), níquel (13,6%), carvão (2,1%), alumínio (8,6%), manganês (2,2%), cobre (4,7%), outros (1,2%). Em 2010, posicionou-se como primeira empresa exportadora do Brasil, ultrapassando a Petrobrás, líder do ranking desde 2000; segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior brasileira, as vendas externas da Vale somaram US\$ 24 bilhões FOB (*free on board*), 32% a mais do que as vendas da Petrobrás, que subiram para US\$ 18,187 bilhões FOB. Assim, a empresa mineradora foi responsável, em 2010, por 11,91% do total das exportações brasileiras. Tal desempenho foi resultado, principalmente, dos elevados preços do minério de ferro, em um contexto de oferta limitada em relação à demanda dessa *commodity*. Igualmente, os lucros da empresa se elevaram, em 2010, para 30 bilhões, triplicando o resultado obtido em 2009 (O Globo, 2011 a). Frente a uma produção de minério de ferro que atingiu os 300 milhões de toneladas em 2010, as projeções 2011 preveem um aumento que levaria a produção aos 320 ou 330 milhões de toneladas.

---

<sup>1</sup> Em 2010, a Vale adquiriu 51% do Projeto Simandou, considerado como um dos maiores depósitos de minério de ferro ainda não explorados do mundo, de qualidade similar ao explorado historicamente pela empresa em Carajás, Brasil.

<sup>2</sup> “Após sua privatização, a maioria das ações da Vale passou a estar sob controle da Valepar, uma sociedade financeira criada por empresas interessadas em comprar o pacote majoritário da Vale. Em 2007, a Valepar controlava 53,3% do capital ordinário da empresa, sendo o BNDESPar responsável por 6,8% das ações. O resto estava distribuído entre diferentes investidores, dos quais 27% eram estrangeiros e 12,9% brasileiros. O governo brasileiro possui apenas 3,3% das ações, a pesar de gozar do chamado *golden share* [...], que lhe outorga direito a veto em decisões estratégicas. A Valepar apresenta a seguinte composição acionária: o fundo de pensão Previ, que através da Litel Participações possui 39% das cotas; a Bradespar (ligada ao grupo Bradesco), com 21,2%; a empresa siderúrgica japonesa Mitsui, com 18,24%; os fundos de pensão Petros, Funcef e Fundação Cesp, que possuem 10% das cotas e União Federal, que possui 11,51%. O fundo de pensão Previ (Caixa de Previdência do Banco do Brasil) é o acionista majoritário da Vale”. (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale: 2010).

Na mesma direção, as previsões de investimento refletem o processo de expansão e internacionalização da Vale. “Os novos projetos da companhia no exterior somam ao menos US\$ 9.6 bilhões em investimentos até 2014 e envolvem países da África, Oriente Médio, Ásia e do continente americano. Com esses empreendimentos – que incluem desde produção de carvão até fertilizantes – a empresa busca diversificar suas atividades [...] Boa parte dos investimentos da Vale no exterior estão concentrados no continente africano, que tem um potencial gigantesco” (O Globo, 2011 b). Esse continente ocupa um lugar estratégico no processo de internacionalização da Vale, entre outras razões, por sua localização entre a Ásia e a região sul-americana. Isso serviu como plataforma para incrementar sua presença em diferentes países da Ásia, onde já investe em centros de distribuição de minério, em Omã e na Malásia. Também na América Latina a empresa conta com importantes previsões de investimento: na Argentina, desembolsaria US\$ 1,393 bilhão, a maioria na expansão da mina de potássio de Río Colorado; no Peru, investirá 163 milhões, prevendo a expansão da mina de rocha fosfática de Bayóvar; além de US\$ 102 milhões em investimentos na Colômbia, onde possui a mina de carvão de El Hatillo. Cabe frisar que está previsto ainda um investimento de US\$ 1,959 bilhão no Canadá, em ativos de níquel e fertilizantes.

A presença da Vale na Argentina se concentra em dois projetos de mineração localizados nas províncias de Neuquén e Mendoza, vinculados à extração de potássio, mineral utilizado principalmente na produção de fertilizantes. Na primeira dessas províncias, adjudicou-se à empresa uma licitação, em 2004, para a exploração de uma região de 454 quilômetros quadrados. Esse projeto se encontra ainda em fase de estudos de viabilidade, mas já recebeu questionamentos do Fórum Permanente do Meio Ambiente de Neuquén, integrante da União de Assembleias Cidadãs (UAC) da Argentina, que luta contra os empreendimentos mineiros. O crescimento da Vale não só contempla a exploração própria de jazidas “virgens”. Sua estratégia de expansão e diversificação produtiva levou à crescente aquisição de outros projetos mineradores desenvolvidos por diferentes corporações transnacionais. É o caso da jazida de Río Colorado, na localidade de Malargüe, província de Mendoza, que foi adquirida da multinacional Río Tinto. O projeto contempla a exploração da mina e estará associado à construção de uma ferrovia e de uma usina de geração de energia eléctrica. Como no caso de Neuquén, a concessão de Río Colorado encontrou logo cedo a oposição da Assembleia Popular pela Água de Mendoza, juntamente com outras organizações sociais.

Na Colômbia, a empresa produz carvão através de sua subsidiária Vale Carvão Colômbia, na mina El Hatillo e depósito de Cerro Largo, em estado de exploração. A Vale detém 100% do capital da Sociedade Portuária Río Córdoba e tem participação minoritária em Ferrocarriles del Norte de Colombia SA.

A Vale participa ativamente no processo de expansão das concessões de mineração no Peru, que tiveram um novo impulso em meados de 2009 e hoje representam 15% do território nacional. “A partir de 2003, a empresa mineradora Miski Mayo S.A.C., subsidiária da Vale, inicia, com o nome de ‘La Morada’, um empreendimento minerador em Cajamarca, Peru” (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010), que suscitará a oposição e mobilização dos moradores de Quebrada de Huaynamarca, tema ao que nos referiremos mais adiante. Ainda nesse país andino, a Vale começou a operar recentemente a mina de fosfatos Boyóvar, um dos maiores depósitos de rocha fosfática da América do Sul, situada no deserto de Sechura. Trata-se de um complexo de produção de inclui uma mina, uma planta concentradora com capacidade de processamento de 592,8 toneladas métricas por ano e uma estrada industrial de 32 quilômetros. O projeto demandou um investimento de US\$ 566 milhões e produzirá materiais para a atividade agrícola. A mina foi inaugurada em agosto de 2010 pelo presidente Alan Garcia e produzirá um milhão de toneladas de rocha fosfórica em seu primeiro ano de funcionamento. O complexo mineiro de Bayóvar compreende também um porto, cuja construção ficou nas mãos da multinacional brasileira Odebrecht, que permite exportar até 7,9 milhões de toneladas de rocha fosfórica.

Como já dissemos, o continente africano ocupa um lugar privilegiado na estratégia de internacionalização da Vale. Essa dinâmica envolve projetos de exploração em curso e outros empreendimentos já em exploração. Entre os primeiros é preciso mencionar o caso de Angola, onde as atividades da Vale se concentram essencialmente na etapa exploratória para a identificação de áreas com potencial em cobre e níquel. A presença da Vale em Angola, com um escritório em Luanda, articula-se com os interesses de outras empresas transnacionais de origem brasileira cuja presença nesse país se consolidou graças a uma ativa política diplomática e comercial praticada pelo governo do presidente Lula da Silva durante seus mandatos<sup>3</sup>. O grupo Odebrecht transformou-se no maior empregador privado em Angola, com atividades que incluem a produção de alimentos e etanol, escritórios comerciais, fábricas e supermercados. Em 2010, 10% do PBI de Angola correspondeu à atividade produtiva e comercial de empresas

---

<sup>3</sup> A intensificação da atividade diplomático-comercial do Brasil em Angola encontra-se também associada à presunção e posterior descobrimento de reservas de petróleo na plataforma marítima angolana (similares às representadas pelo Pré-Sal brasileiro). A Petrobras participou nas licitações realizadas pelo governo do país africano por meio da empresa nacional de petróleos Sonangol, e encontra-se atualmente realizando explorações em associação com essa e outras empresas nas diferentes áreas da plataforma marítima que se estende entre as desembocaduras dos rios Congo e Kuanza (80 quilômetros). A Petrobras anunciou o descobrimento de petróleo no Setor 15/06, onde a companhia brasileira possui participação compartilhada com outras empresas multinacionais petrolíferas (Agência Petrobras de Notícias, 2010). Para maior informação sobre a evolução da indústria petrolífera em Angola e sobre o comportamento das companhias transnacionais nesse país ver Conferência Episcopal de Angola e São Tomé 2008 *Transparência no sector petrolífero angolano 2002-2006* (Luanda, CEJP).

brasileiras (Financial Times, 2010). Na Zâmbia, a empresa avança no desenvolvimento de uma mina de cobre e, em Samandou, Guiné, a Vale trabalha na implantação do maior projeto de ferro integrado com infraestrutura do continente. Nesse último país, a companhia pretende produzir 15 milhões de toneladas de minério de ferro na primeira fase (a partir de 2012), o que demandará um investimento de US\$ 681 milhões no decorrer de 2011.

O projeto em andamento mais importante da Vale no continente africano é o da exploração da mina de carvão de Moatize, na província de Tete, Moçambique, no noroeste do país. O desenvolvimento desse empreendimento por Rio Doce Moçambique se prolonga na construção de uma ferrovia, um porto e uma central termoelétrica e está destinado a explorar, a partir de 2011, a maior jazida mundial de carvão. A promoção dos planos empresariais supõe a “relocalização” de numerosas comunidades camponesas que habitam a região para outros locais onde o acesso das e dos agricultores/as à água e suas possibilidades de produção de alimentos para subsistência e comercialização, entre outras questões vitais, não estão garantidas. Em Moçambique, a Vale também possui o projeto Evate, para a produção de rocha fosfática, que se encontra atualmente em estudo de pré-viabilidade.

### **AngloGold Ashanti: a mineração dourada**

A AngloGold Ashanti (AGA), empresa de origem sul-africana e inglesa, é a segunda produtora de ouro do mundo. Tem presença nos 23 países antes mencionados em 5 continentes (África, América, Ásia, Europa e Oceania). Junto com a Anglo Platinum e a produtora de diamantes De Beers, a AGA é subsidiária da britânica Anglo American, que detém 42% de seu pacote acionário. Seu ativo principal é o ouro, mas também explora e investe em outros tipos de minérios.

Na América Latina, as atividades de exploração de ouro da AGA concentram-se em três países: Argentina, Colômbia e Brasil (Serra Grande e Brasil Mineração). A produção de ouro no continente latino-americano representa 13% da produção do grupo empresarial. Se considerarmos a produção de suas jazidas no Canadá e nos Estados Unidos, essa porcentagem se eleva a 19% e é responsável por 30% do montante das operações financeiras da empresa. Nos três países da América do Sul, os programas de exploração foram expandidos recentemente.

Na Argentina, a exploração se concentra na jazida de Cerro Vanguardia, situada próximo à localidade de Puerto San Julián, na província de Santa Cruz, no sul do país. A AngloGold Ashanti possui 92,5% das ações dessa jazida e a empresa provincial de Santa Cruz, Fomicruz, os restantes 7,5%. A mina compreende uma área de 514 quilômetros quadrados, onde se removem anualmente 25 milhões de toneladas de rocha para obter uma produção de ouro que chega atualmente a 220.000 onças anuais. Para atingir esse resultado, a mineradora

deve literalmente mover montanhas. As operações de mineração consistem em múltiplas explosões a céu aberto para obter a rocha cujo processamento oferece um resultado de 6,5 gramas de ouro por tonelada.

No contexto do aumento dos investimentos em mineração na Colômbia desde 2005, a AGA é hoje o principal prospector mineiro no país. A intensa atividade prospectiva sobre 6,32 milhões de hectares realizada entre 2004 e 2007 pela empresa, em associação com Mineros S.A., Glencore e B2Gold Corp, teve como resultado provisório o descobrimento de duas importantes jazidas auríferas: uma delas é La Colosa (100% propriedade da AGA), situada no departamento de Tolima, que possui reservas de ouro estimadas em mais de 12 milhões de onças; e o outro é Gramalote, no departamento de Antioquia (negócio com risco compartilhado com B2Gold Corp, empresa canadense, embora a AngloGold seja proprietária de 51% do pacote acionário) (AngloGold Ashanti, 2007). A AGA é ainda acionista do projeto carbonífero de El Callejón. A exploração da mina aurífera La Colosa encontra-se suspensa em razão de um litígio jurídico. Em 2008, diversas organizações entraram com um pedido junto à autoridade ambiental regional solicitando a interrupção das atividades mineradoras devido ao enorme volume de água consumido. Essa solicitação foi considerada favoravelmente pelo Poder Judiciário, que decidiu interromper o projeto. Segundo os cálculos de organizações socioambientais, o gasto de água em um ano de produção de La Colosa é equivalente ao consumo da população colombiana durante quarenta e nove anos (Fernández/Valencia, 2010). A continuidade da exploração encontra-se pendente de outorgamento de licença para o uso de águas por parte de Corporación Autónoma de Tolima (Cortolima). Caso consiga tal licença, a empresa poderá retomar os trabalhos de exploração de uma mina de ouro cujas reservas são calculadas em mais de 12 milhões de onças, com capacidade de produção de 700.00 onças anuais.

# **ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS PARA GARANTIR O CONTROLE SOCIOPOLÍTICO DOS TERRITÓRIOS E DAS POPULAÇÕES**

Como consequência de seus negativos impactos socioambientais, sanitários, econômicos, políticos e culturais, a mineração a céu aberto tem despertado uma crescente aversão social, particularmente nas regiões diretamente afetadas pelos empreendimentos mineiros. Diante disso, as empresas do setor têm investido ingentes recursos no desenvolvimento de estratégias de governabilidade social que, com diversas modalidades, inclusive dentro dos programas de responsabilidade social empresarial, orientam-se a controlar e neutralizar as resistências e promover porta-vozes e correntes de opinião favoráveis à megamineração (políticos, profissionais, cientistas, jornalistas), incidindo dessa maneira na construção da opinião pública. O discurso da “mineração responsável” é distintivo dessa estratégia mediática empresarial. A ideia de “responsabilidade social” busca, então, legitimar o modelo extrativista exportador de modo geral, e minerador em particular, mas oculta de forma sistemática os graves e profundos impactos sociais e ambientais de tais empreendimentos. “O modelo extrativista se apresenta como uma teleologia – finalidade lançada para o futuro –, enquanto traça também uma nova cartografia planetária em chave mineradora [...] Este *mundo-pedreira* se articula numa retórica temporal dominante, a do “desenvolvimento sustentável”, que produz fortíssimas intervenções na cultura, intervenções em expansão e disseminação aceleradas que colonizam as representações sociais e suas legitimidades, produz verossimilitudes, suscita e incita desejos [...] Esse discurso homogeneizante articula condensadores de sentido na narrativa de promessas do “desenvolvimento sustentável”, com a qual gere e busca modelar e modular as projeções de futuro “graças à mineração”, intervindo memórias e significações do presente”(Antonelli, 2009).

Por outro lado, a articulação de vínculos cada vez mais estreitos com âmbitos científico-universitários públicos, através do financiamento privado da mineração para promover pesquisas ou informes técnicos favoráveis a seus interesses, é outra das estratégias privilegiadas das transnacionais do setor orientadas à “colonização” da produção científica e da opinião dos especialistas por parte dos interesse privado, e se complementa com um sistemático trabalho de *lobby* que

permite manipular os resultados de estudos sobre impacto ambiental dos empreendimentos numa perspectiva favorável aos interesses da mineração.

No mesmo sentido, as corporações mineradoras desenvolvem um conjunto de estratégias para promover e consolidar sua influência e intervenção sobre a definição das políticas públicas e as estruturas da autoridade público-estatal local e regional (governos, legislativos, justiça, burocracia), onde muitas vezes os empreendimentos alcançam uma magnitude econômica que contrasta com a pobreza e precariedade social dos territórios. Similares métodos têm lugar também no nível nacional do Estado, no contexto dos processos de desestatização da regulação social, privatização da autoridade pública, recolonização e desdemocratização que caracterizam a mundialização neoliberal e suas consequências sobre a soberania democrática dos povos.

O caso da Vale é emblemático na consideração dessas políticas de “governabilidade social”. Da mesma forma que a maioria das transnacionais do setor, uma das estratégias distintivas é a difusão do discurso da promoção de emprego local ligado ao desenvolvimento dos empreendimentos megamineradores, buscando associar a produção mineira à criação de numerosos postos de trabalho e provocar a adesão dos moradores das zonas envolvidas pelas explorações, frequentemente afetadas por altas taxas de desemprego. Na lógica do discurso empresarial, o “círculo virtuoso” do emprego na mineração se complementa ainda com um aumento da massa salarial, da renda familiar e da arrecadação tributária nas comunidades. A manipulação desse imaginário por parte das empresas minimiza ou simplesmente oculta o fato de que o atual padrão tecnológico da mineração requer um baixo nível de ocupação de mão-de-obra e exige uma mão-de-obra altamente qualificada se comparada à mineração subterrânea, razão pela qual muitos dos empregados provêm de fora das localidades e, inclusive, do país anfitrião. Dessa forma, embora na etapa de construção da infraestrutura das jazidas a mão-de-obra requerida possa alcançar níveis importantes, os trabalhadores ocupados nessas tarefas não são, de modo geral, recontratados após a finalização dos trabalhos.

Através da Fundação Vale, a empresa desenvolve e financia diversos programas destinados a promover a “sustentabilidade” da mineração nos territórios onde atua. Com o apoio financeiro de órgãos governamentais e o envolvimento de universidades e organizações do chamado “terceiro setor”, a empresa impulsiona iniciativas tendentes a promover os direitos humanos, a gestão territorial e socioambiental das comunidades e a difundir o discurso da “ética da mineração”. Além disso, a Vale concede particular relevância para as políticas chamadas de “desenvolvimento integral da juventude”, veiculadas através de programas educativos para adolescentes com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal, social e educativo por meio da educação afetiva-sexual e da formação de

agentes de desenvolvimento territorial. As iniciativas de “intervenção social” sobre as populações indígenas afetadas em seus próprios territórios pelas explorações mineiras têm uma importância particular para a empresa: em 2009 mais de 5.500 indígenas dos estados do Pará, Maranhão e Minas Gerais, no Brasil, foram objeto de diferentes programas de “responsabilidade social empresarial”. Segundo dados divulgados no sítio na Internet da empresa, entre 2007 e 2009, 169.309 pessoas “foram beneficiadas por programas de saúde e assistência social” da Vale.

De forma complementar, a empresa Vale Florestar S.A., criada em 2007 e consolidada em 2010 com o aporte de fundos provenientes do BNDES, dos fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) e da Petrobras (Petros), promove o reflorestamento com espécies nativas e “exóticas” de áreas degradadas. Essa empresa subsidiária da Vale atua em áreas da região amazônica onde a expansão de atividades “produtivas” acarreta o desmatamento. O objetivo dessa iniciativa, que em 2010 reflorestou 95 mil hectares de floresta tropical desmatada, é o de incentivar empreendimentos econômicos florestais de longo prazo com base “sustentável”.

É preciso fazer referência também à recente campanha promovida pela empresa de assistência às vítimas e de reconstrução das cidades afetadas pelas recentes inundações e desmoronamentos ocasionados pelas chuvas em janeiro de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro. O conteúdo da iniciativa invoca a “responsabilidade social” dos trabalhadores da empresa, os quais são convocados, junto ao restante da cidadania, a doar fundos e depositá-los numa conta bancária criada pela Vale. O “gigante minerador” assume o compromisso de doar dois reais por cada um depositado pelos contribuintes. Também no caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), *joint venture* conformada pela Vale e Thyssen Krupp, a política de responsabilidade social empresarial se traduziu em financiamento para projetos de saúde e educação na área local afetada pelo empreendimento – recondicionamento do Hospital Pedro II; centro educacional em Itaguaí). Sobre essas políticas foi assinalado criticamente que, além de receber um financiamento do BNDES para ser levadas adiante, seu montante e impacto são muito inferiores aos custos sociais ocasionados pela atividade da empresa sobre a vida dos pescadores, a geração de renda na região e a saúde pública (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010). Uma consideração que pode ser estendida ao conjunto das políticas de responsabilidade empresarial e intervenção social desenvolvidas pela empresa.

A política corporativa de “governabilidade social” e, particularmente, a circunscrita à chamada “responsabilidade social empresarial” vem sendo crescentemente questionada e denunciada por diversos coletivos e movimentos sociais que resistem aos empreendimentos da Vale. Assim, por exemplo, sobre o empreendimento da Vale em Moçambique, foi apontado que a política empresarial de

responsabilidade social não passa de uma ação publicitária falsa e enganosa, na medida em que não existe mecanismo de consulta e participação das comunidades afetadas e da sociedade civil nas decisões empresariais, nem o alardeado financiamento da reabilitação do Hospital Provincial de Tete foi sustentado principalmente pela Vale (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010). Por outro lado, um relatório de monitoração de suas atividades mineradoras elaborado pelo Centro Moçambicano de Integridade Pública e dado a conhecer em 2010 aponta que, de novembro de 2009 a abril de 2010, a Vale expulsou cerca de 760 famílias camponesas de suas comunidades para abrir minas de carvão. Para isso, a empresa dividiu as famílias entre rurais e semiurbanas, utilizando critérios diferenciados para os reassentamentos. As famílias rurais foram assentadas a 40 quilômetros de suas comunidades de origem e as consideradas semiurbanas foram “colocadas” nas proximidades da cidade de Moatize (Selemane, 2010). Assim, a política empresarial de responsabilidade social se revela como uma ação fundamentalmente de *lobby* e propaganda voltada a justificar e encobrir os deslocamentos de comunidades, a previsível devastação ambiental da zona e o crescente poder de influência obtido pela empresa sobre a definição das políticas públicas e do governo da cidade de Moatize e da província de Tete.

Por sua vez, a política de “responsabilidade empresarial” da AGA se sustenta no slogan de “cidadania corporativa, responsável e ética”. Desde 2006, a empresa desenvolve diversas iniciativas e programas tendentes a legitimar sua implantação produtiva, que tem significativos impactos ambientais. O programa “Empresa Aberta” busca sensibilizar a população promovendo visitas à mina de professores, estudantes de diferentes níveis, representantes da comunidade e público em geral. “Ao mesmo tempo que subscreve a missão e valores da AngloGold Ashanti, Cerro Vanguardia desenvolveu seus próprios princípios para expressar seu compromisso particular com os acionistas, funcionários e a comunidade afetada pela operação. Sua missão inclui o objetivo de interagir com a comunidade que a rodeia e sua visão expressa o desejo de Cerro Vanguardia de que essa comunidade a reconheça, entre outras coisas, por seu histórico em matéria de segurança, meio ambiente e responsabilidade social. Os funcionários se informam sobre as políticas e programas comunitários na mina principalmente através de boletins informativos e outras publicações internas” (AGA, 2011). A mina leva a cabo um plano sistemático de relação com os meios de comunicação e um sistema de reuniões informativas regulares para informar as comunidades circundantes sobre a operação e seu ciclo de vida. Também desenvolve atividades que a empresa denomina de “investimento social” focalizado na educação, desenvolvimento comunitário, atenção médica, meio ambiente, arte e cultura. No contexto dessas iniciativas, a empresa financiou a ampliação e reforma das instalações do Clube Atlético de Puerto San Julián, na província de Santa Cruz, Argentina.

# LUTAS E RESISTÊNCIAS SOCIAIS CONTRA A VALE E A AGA

## “A água vale mais do que o ouro. Não à megamineração”

Essa palavra de ordem transformou-se, nos últimos anos, em um denominador comum para as múltiplas e estendidas experiências de resistência ao desenvolvimento da megamineração transnacional na América Latina. Das florestas me-soamericanas até os contrafortes do sul patagônico, da região central dos Andes peruanos até a floresta amazônica, a expansão dos investimentos da mineração viu-se confrontada a um intenso processo de resistências sociais que assumiu uma dimensão regional. No passado recente, duas datas e experiências emblemáticas marcaram o fortalecimento e a expansão desses movimentos: a criação, em 1999, no Peru, da Coordenadora Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração (CONACAMI), surgida das lutas das comunidades contra a mineração, e que é hoje um dos centros da organização andina dos movimentos indígenas. Na Argentina, a resistência à exploração mineradora deu vida às assembleias ambientais que, em 2006, criaram a União de Assembleias Cidadãs (UAC). Esse dois exemplos são expressões de processos organizativos que se multiplicaram nos últimos anos e que têm contribuído para visibilizar as consequências socioambientais provocadas pelo atual modelo de desenvolvimento e a postular a necessidade de construção de novos horizontes civilizatórios, contra e para além da lógica do capital. Em relação a esta questão, é importante frisar a significativa contribuição que fazem os movimentos indígenas da área andina com a formulação da proposta do “Bom Viver/Bem Viver” ou “*Sumak kawsay*”, no questionamento à retórica do desenvolvimento e do debate sobre as práticas descolonizadoras e emancipatórias<sup>4</sup>. Mas essa questão excede o objetivo deste trabalho. A seguir, apresentamos, sinteticamente, neste último ponto, alguns

---

<sup>4</sup> Em relação ao conceito de Bom Viver/Bem Viver ou *Sumak kawsay* e os debates em curso sobre essa problemática podem-se citar, entre outras, as seguintes contribuições: CAOI 2010 *Buen Vivir. Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas* (Lima: CAOI); Gudyas, Eduardo 2011 “Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo” em *América Latina en movimiento* (Quito:ALAI), No. 462, fevereiro; Ministerio de Relaciones Exteriores del Estado Plurinacional de Bolivia 2009 *El Vivir Bien como respuesta a la crisis global* (La Paz: MRE); Quijano, Aníbal 2010 *¿Bien Vivir?: entre el “desarrollo” y la descolonialidad del poder* (Lima:mimeo)

dos processo e estratégias de resistência e luta mais recentes contra os empreendimentos mineiros da Vale e da AGA. Para finalizar, referimo-nos a algumas experiências de carácter regional que tiveram lugar no final de 2010 e início de 2011, e que são prova do processo de fortalecimento de solidariedades e iniciativas de carácter continental em torno da luta contra a megamineração, contra o “desenvolvimento extrativista” e contra a mudança climática.

No caso da Argentina, o ano de 2010 é um marco importante para a luta contra a megamineração. Após vários anos de protestos, ações e um sustentado trabalho de pressão parlamentar por parte das organizações, em particular da União de Assembleias Cidadãs (UAC), o senado aprovou em setembro a Lei Nacional de Orçamentos Mínimos de Proteção das Geleiras e da Zona Periglacial, que já tinha meia sanção da câmara de deputados. Uma lei similar à aprovada tinha sido votada pelo parlamento em 2008, mas ficado sem efeito em função de um veto presidencial. Esta última decisão provocou acesas críticas da parte de um amplo leque de organizações sociais. Durante o debate recente da nova lei, um dos pontos polêmicos foi a consideração da zona periglacial. Enquanto os representantes das províncias mineradoras tentaram fazer prevalecer uma definição restringida dessa questão (geleiras “descobertas e cobertas e, dentro do ambiente periglacial, as geleiras rochosas”), favorável aos interesses mineiradores, a posição triunfante impôs um reconhecimento mais abrangente da zona periglacial (“a área com solos congelados que atua como regulador do recurso hídrico”) que limita a saciedade produtiva das empresas, estabelecendo um limite mais estendido para as explorações. A sanção da lei foi acompanhada por uma ampla mobilização diante do Congresso, convocada pelos movimentos sociais, agrupamentos indígenas do norte e do sul do país, das províncias de Buenos Aires e do litoral, e dezenas de coletivos em luta contra a contaminação, a destruição territorial e o saqueio dos bens comuns, federados na União de Assembleias Cidadãs (UAC) e na Assembleia de “O Outro Bicentenário”. Essas organizações instalaram uma grande tenda enfrente ao Parlamento, que serviu como ponto de encontro e organização de diversos debates e atividades durante a semana da discussão legislativa. A aprovação da lei abriu, entretanto, uma batalha jurídica que acaba de começar. Os advogados das empresas multinacionais, com o apoio de governadores e legisladores das províncias que promovem a mineração a céu aberto, interpuseram recursos judiciais contra a sua vigência. Na província de San Juan, distrito emblemático na luta antimineradora em defesa das geleiras e contra a presença da multinacional Barrick Gold, que explora a mina de Veladero-Pascua Lama, um juiz federal determinou que a lei não pode ser aplicada porque viola o princípio de soberania provincial sobre os recursos naturais. Mais uma prova do peso que essas grandes corporações exercem sobre as estruturas de governo locais e provinciais.

Na província de Mendoza, outra disputa jurídica enfrenta o governo provincial com organizações sociais em torno da exploração da mina de potássio de Río Colorado, propriedade da Vale. O Conselho Provincial do Ambiente, integrado pelo Fórum Participação Cidadã, Fundação Cullunche, Oikos Rede Ambiental e Assembleia Popular pela Água, levou uma queixa ao governador, na qual se informam as anomalias detectadas no processo de Avaliação de Impacto Ambiental do projeto Potássio Río Colorado e se solicita que esse projeto continue em avaliação. Os coletivos ambientalistas sustentam que o Código de Mineração classifica o potássio como substância metálica e que para esse tipo de empreendimentos a lei estabelece que a Declaração de Impacto Ambiental deve ser ratificada pelo legislativo provincial. O projeto da Vale na província desperta, assim, uma acirrada oposição de diferentes movimentos sociais que conseguiram frear provisoriamente a extração de potássio, com o argumento de que o principal dano desse projeto é o potencial risco de salinização do rio Colorado, uma das bacias mais importantes da Argentina (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010). Ainda nessa província, a resistência contra a ampliação dos projetos mineradores tomou novo impulso no mês de outubro de 2010, em ocasião da assembleia popular convocada para repudiar os projetos da Coro Mining (Mineradora San Jorge), que pretende conseguir a aprovação legislativa do Projeto San Jorge. A negativa das autoridades provinciais em atender essas demandas populares estimulou a realização de uma numerosa marcha até a sede do legislativo provincial em fevereiro de 2011, organizada pelas Assembleias Mendocinas pela Agua Pura (AMPAP) e pela Coordenadora pela Água e os Bens Comuns, que culminou com a realização de uma assembleia popular no hemiciclo da legislatura, onde milhares de manifestantes se pronunciaram contra a mineração contaminante. Poucas semanas depois, durante o mês de março, essas lutas se expressaram novamente na populosa marcha que invadiu a tradicional festa do Carrossel da Vindima, na cidade capital, e em vários “piquetes informativos” que tiveram lugar nas localidades de Uspallata, San Carlos, Tunuyán e General Alvear, nessa mesma província argentina.

Embora as reivindicações dos trabalhadores da mineração sejam menos estendidas do que as lutas ambientalistas, estes também estiveram presentes em alguns casos. Em 2006, trabalhadores da mina de ouro de Cerro Vanguardia, da AGA, protagonizaram uma paralização por demanda salarial acompanhada de sabotagem à produção que foi bem sucedida na atenção a suas reivindicações. Merece uma menção particular a forte resistência, durante 2010, da Assembleia El Algarrobo e de Moradores Autoconvocados pela Vida da localidade de Andalgalá, província de Catamarca, que repudiaram com ações diretas (“escrachos”, cortes de estradas, etc.) a presença nessa província argentina das empresas mineradoras Alumbreira (Ymad – UTE) e Agua Rica (Yamana Gold).

Na Colômbia, por sua parte, a mudança presidencial em 2010 suscitou, em alguns setores sociais, moderadas expectativas de alteração da política mineradora promovida nos anos recentes pelo governo de Álvaro Uribe. A pouco tempo de assumir o poder, as definições do novo presidente Juan Manuel Santos frustraram rapidamente essas esperanças e vieram ratificar o fato de que a exploração dos recursos naturais não renováveis constitui uma das denominadas “locomotivas” da economia. Essa orientação se materializou num aumento das autorizações para projetos de prospecção e de exploração mineral. Diversas organizações sociais e indígenas e autoridades legislativas da região do Cauca denunciaram que essa região está a caminho de se converter em uma mina a céu aberto sem nenhum controle, considerando que aproximadamente 56% de seu território seria entregue em concessões mineradoras às transnacionais. Também a presença da AngloGold Ashanti e seu projeto La Colosa, em Tolima, foram denunciados pela Rede Colombiana Frente à Grande Mineração Transnacional (RECLAME). Em uma declaração sobre a questão, assinada por mais de quarenta organizações sociais e ambientalistas, estas denunciaram o aumento da militarização e os assassinatos de líderes comunitários vinculados à expansão de projetos de mineração. O pronunciamento denuncia a presença na Colômbia da AGA, empresa acusada pela organização internacional Human Rights Watch de financiar grupos paramilitares na República Democrática do Congo e de assediar e perseguir as comunidades que obstaculizam a entrada de seus projetos mineradores. Aponta também a existência de denúncias que vinculam essa empresa com o assassinato de líderes no país e sublinha sua responsabilidade na divisão de comunidades para favorecer seus interesses. De acordo com o relatório de “governança” da própria empresa, só no ano de 2008 foram gastos cerca de 330 bilhões de pesos no projeto de La Colosa sem contemplar recursos para a preservação ambiental. As comunidades tem alertado que o projeto de La Colosa acabará com importantíssimas fontes de água superficial e subterrânea, significará o deslocamento de comunidades inteiras e a desarticulação definitiva do tecido social originário da região. Os moradores também denunciam a compra por parte da empresa de terrenos através de laranjas. As organizações que assinam a denúncia exigem a investigação dos procedimentos e práticas da AngloGold Ashanti nos mais de 300.000 hectares sobre os quais a empresa reconhece ter títulos; o respeito à vontade popular das comunidades que já expressaram sua negativa rotunda à entrada dos projetos mineradores dessa empresa; e a suspensão de todas as suas atividades no país até que haja um esclarecimento sobre as denúncias realizadas.

No caso do Peru, igualmente, o empreendimento mineiro levado adiante por uma subsidiária da Vale em Cajamarca tem sido crescentemente questionado. Em 2007, os moradores da localidade realizaram uma numerosa “Marcha do

Sacrifício”, que desatou e aprofundou uma política de criminalização do movimento, repressão ilegal e perseguição judicial dos líderes comunitários. Já em 2006 uma comissão oficial de Gestão Ambiental do Governo Regional de Cajamarca havia denunciado a presença de grupos de civis armados encarapuçados protegendo as instalações da empresa; e, nos últimos anos desta década, a empresa tem sido questionada por promover, com o apoio do governo nacional, a formação de grupos de segurança civis e a entrega de armamentos (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010).

Por outro lado, desde meados de 2010, data de início das atividades de extração na mina de fosfato de Bayóvar, Sechura, ainda no Peú, a Vale tem sido objeto de diversas denúncias e ações. Jovens pertencentes ao sindicato da construção civil da província de Sechura organizaram protestos diante do escritório da empresa Vale em Piura, em demanda de postos de trabalho, e denunciaram que a empresa não cumpriu o estipulado no contrato de concessão no sentido de dar prioridade à contratação de mão-de-obra local. Outra denúncia contra a Vale envolve a empresa em um caso de fraude ao fisco peruano. Pouco após iniciar a exploração de fosfato, a Vale vendeu 60% de suas ações para as empresas Mosaic (estadunidense, US\$ 385 milhões, 35%) e Mitsui (US\$ 275 milhões, 25%). De acordo com as denúncias realizadas por diferentes parlamentares peruanos, a empresa brasileira violou a lei ao realizar essa transação na Holanda, e não na jurisdição legal da província de Sechura segundo o estipulado pela lei. Com essa operação, a Vale burlou sua responsabilidade fiscal no Peru, onde o Estado peruano deixou de receber o imposto pelos ganhos de capital, que chegariam a US\$ 112 milhões.

Também em Moçambique os empreendimentos da Vale têm despertado sérios questionamentos e resistências por parte de organizações camponesas, das famílias afetadas e de outros setores da sociedade civil. Nesse país ao sul da África, a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades tem criticado o trato que a Vale dispensa ao povo moçambicano, qualificando o comportamento da multinacional brasileira como um “crime hediondo e vergonha para um Estado de direito” (Selemane, 2010). A Associação denunciou, igualmente, o estreito vínculo entre a Vale e as autoridades nacionais, uma vez que Roger Agnelli, ex-presidente executivo da Vale, é também assessor de relações internacionais do chefe de Estado moçambicano (Selemane, 2010). Em setembro de 2010, as importantes manifestações camponesas que tiveram lugar em Maputo para reclamar contra o aumento do preço dos alimentos foram violentamente reprimidas. Frente a isso, os dirigentes da União Nacional de Camponeses (UNAC) tem denunciado insistentemente que a promoção de projetos mineradores como o de Moatize, na medida em que propiciam o deslocamento em massa de agricultores e atentam contra a agricultura familiar e a soberania alimentaria, são em parte responsáveis pelo aumento dos preços internos dos alimentos. Os conflitos contra a exploração mineral não se res-

tringem ao âmbito rural e ao movimento camponês. Vale mencionar, por exemplo, que organizações ambientalistas de Moçambique promoveram um abaixo-assinado que coletou 14.000 assinaturas em repúdio ao projeto minerador de extração de alumínio situado em um bairro residencial a 17 quilômetros de Maputo, impulsionado pela empresa Mozal, cujo principal acionista é a companhia BHP Billiton.

### **Lutas recentes, uma conclusão provisória.**

Tanto na América Latina quanto na África, as ações locais contra a megamineiração contaminante contribuem para consolidar os processos de convergência regional contra a dinâmica recolonizadora e contaminante desses empreendimentos. Concluímos este trabalho fazendo uma breve referência a diversas ações que expressam o amadurecimento de experiências de solidariedade transnacional dos movimentos socioambientais durante o ano de 2010 e inícios de 2011.

Na primeira metade deste ano, dois eventos realizados na região sul-americana evidenciaram a dimensão da luta contra o extrativismo e a indústria mineradora em particular, frisando o vínculo existente entre esse tipo de atividade e o aquecimento global do planeta. No mês de abril ocorreu em Cochabamba, Bolívia, a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra, organizada a instâncias do governo boliviano, com o apoio de diversos movimentos sociais latino-americanos. Esse encontro contou com a participação de numerosas organizações que combatem a mineração transnacional e selou um acordo entre as organizações participantes para organizar um referendo internacional sobre justiça climática em 2011.

Adicionalmente, os questionamentos à Vale amadureceram na criação do Encontro dos Atingidos pela Vale, responsável pela convocatória ao “Primeiro Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale”, que contou com o apoio e a participação de numerosas organizações e movimentos sociais brasileiros, latino-americanos e de outros continentes. O encontro se realizou em meados de abril de 2010, no Rio de Janeiro, com o objetivo de nuclear no debate e na ação organizações sociais dos cinco continentes afetados pela ação da companhia mineradora, em especial coletivos do Canadá, Chile, Argentina, Guatemala, Peru e Moçambique. Mais de 160 participantes de 80 organizações e movimentos sociais e sindicais da Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Equador, França, Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru e Taiwan intercambiaram experiências e debateram sobre suas ações contra os efeitos dos empreendimentos da Vale. O encontro denunciou que, amparada em uma imagem ambientalista “verde e amarela”, a Vale destrói a floresta, o ecossistema e as comunidades inteiras. Na declaração final, as organizações firmantes reivindicam a vida e o “bem viver” e se comprometem a fortalecer a monitoração e a denúncia de cada iniciativa da Vale, ampliando a luta, a resistência e a construção de alternativas ao modelo

exportador e depredador. Convocaram ainda as comunidades que padecem os grandes empreendimentos da mineradora, a sociedade civil, os trabalhadores e as trabalhadoras da Vale, movimentos e organizações sociais, pastorais sociais, estudantes e professores, a participar na construção desse novo movimento de luta internacional de enfrentamento da Vale sob a palavra de ordem popularizada pela Via Campesina de “Globalizamos a luta, globalizemos a esperança”.

Alguns meses mais tarde, na África, teve lugar a 12a Reunião Estratégica Anual da Iniciativa Africana sobre Mineração, Ambiente e Sociedade (AIMES, por sua sigla em inglês), com a participação de representantes da República Democrática do Congo, Gana, Guiné, Quênia, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, África do Sul e Zimbábue, Canadá, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos (julho de 2010, em Bamako, Mali). Numa época em que diversos governos de países desse continente promovem políticas de desregulação e liberalização de seus regimes de mineração com o apoio da União Africana, essa reunião dedicou-se a discutir a crise financeira e os atuais esforços de recuperação econômica, o intercâmbio internacional de *commodities*, e os recursos financeiros internacionais para a indústria mineradora global e seus impactos nas economias mineiro-dependentes da África. Em relação a isso, assinalou-se que a crise financeira provocou efeitos devastadores nas economias dos países: perda de trabalho, colapso da atividade econômica e perda de receitas estatais por alguns minérios, em particular cobre e diamantes. Os atuais regimes de mineração proporcionam excessivos privilégios às empresas transnacionais, já que permitem a rápida saída de capitais do continente. Os privilégios assumem várias formas: a) acesso e controle irrestrito de recursos minerais, b) benefícios tributários, c) baixa participação acionária estatal, d) vigência por muitos anos dos direitos da mineração, e) contratos abusivos amparados em acordos bilaterais de investimento, e f) mecanismos voluntários de prestação e entrega de informação. Esses privilégios constituem um componente importante do trágico balanço social da mineração na África. Soma-se a essa situação um escasso intercâmbio de informação, baixas capacidades institucionais para monitorar e prevenir a sonegação fiscal e abusos ambientais e de direitos humanos. A crise financeira e econômica expôs as fraquezas inerentes à estrutura das economias africanas e a sobre-dependência da exígua cesta de *commodities*. Ao mesmo tempo, a crise evidenciou as fraquezas do modelo econômico neoliberal. Os participantes observaram que os governos africanos recorreram novamente às instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, para encontrar soluções para a crise pela qual essas mesmas instituições são responsáveis. Tudo isso foi interpretado como razões da urgente necessidade de reexaminar os regimes de comércio de minerais e a estrutura econômica dos países mineiro-dependentes da África.

Nesse contexto, a destruição ambiental e as violações aos direitos humanos provocados por atividades mineiras se expressam na contaminação de águas, na destruição de modos de vida de homens e mulheres, na degradação e interrupção das relações com a terra, nos despejos forçados, nas magras compensações, no desemprego, na deterioração da saúde pública e da segurança e no avanço sobre áreas protegidas. Diante dessa realidade, a declaração final contempla um caderno de reformas – identificadas como arenas de disputa – entre as quais se encontram: a) a introdução de impostos específicos, como o imposto sobre ganhos de capital, regalias e imposto sobre lucros extraordinários; b) a revisão do marco administrativo de avaliação de impactos ambientais e sociais, para considerar questões como direitos humanos, gênero, habitação e modos de vida; c) a abolição das cláusulas de estabilidade, acordos de desenvolvimento e confidencialidade de auditorias ambientais dos códigos nacionais, já que estes constituem barreiras à autonomia dos Estados e ao acesso à informação pública.

Na América Latina, promovido e organizado pela Confederação Andina de Organizações Indígenas (CAOI) durante o segundo semestre de 2010, realizou-se em Lima, Peru, o Fórum dos Povos Indígenas “Mineração, Mudança Climática e Bem Viver”. Participaram nesse encontro povos indígenas, comunidades e organizações sociais do Abya Yala e representantes da África e da Europa. Nas sessões de trabalho foram denunciados o consumismo ocidental, o saqueio dos bens naturais e a industrialização dos países desenvolvidos, que foram apontados como responsáveis pela crise global à qual se soma a crise alimentar. Igualmente, sublinhou-se que os efeitos do aquecimento global aumentaram os riscos de vulnerabilidade dos direitos dos povos originários e estão modificando o modo de vida que se baseia no respeito à Mãe Terra. Denunciou-se que os territórios cheios de vida e harmonia foram convertidos em territórios de contaminação e de intoxicação da saúde humana, em territórios de militarização e criminalização das lutas, em território de saqueio e pobreza como consequência das políticas extrativistas guiadas pelos governos. Mas esse territórios se transformaram, ao mesmo tempo, em territórios de resistência, de luta, de formulação de propostas e de exercício dos direitos originários, como as consultas comunitárias realizadas pelas autoridades ancestrais em diversos países do continente. A declaração final realiza um chamamento à unidade continental e mundial dos povos indígenas e dos movimentos sociais a se mobilizarem em defesa da Mãe Terra, pela construção de Estados plurinacionais e a implementação do bem viver em nível global, como alternativas para superar as crises climática, alimentar e econômica. Exige-se ainda aos Estados o cumprimento pleno dos direitos indígenas reconhecidos pelo sistema internacional, em especial a aplicação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e denunciam-se as políticas de criminalização implementadas pelos Estados contra os defensores da Mãe Terra, perseguin-

do, processando, prendendo e assassinando os povos originários. Os delegados e participantes convocaram ao estabelecimento de alianças entre povos indígenas e redes sociais a fim de realizar ações coletivas de alcance internacional e nacional para deter essas políticas e se comprometeram a participar no Referendo Mundial Climático acordado na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra realizada em Cochabamba.

A declaração final rechaça de maneira rotunda a mineração transnacional com a palavra de ordem “Não à mineração, sim à vida” e exige a imediata derrogação dos títulos e concessões mineradoras inconsultos. Reivindica também para os povos indígenas a propriedade ancestral comunal do solo, subsolo e recursos naturais que jazem nos territórios e exige aos organismos das Nações Unidas que os bens naturais sejam declarados patrimônio dos povos indígenas que os albergam. A extensa declaração, que inclui reivindicações em matéria de política agrícola, do bem viver e de reconhecimento de direitos ancestrais, culmina com um chamamento à constituição de uma plataforma continental de luta frente às políticas extrativas e uma convocatória à realização de um próximo fórum no marco da V Cúpula dos Povos e nacionalidades Indígenas do Abya Yala, que terá lugar em 2011 na Bolívia e de uma Mobilização Continental no dia 21 de junho de 2011 em defesa da vida, pela reconstituição do Bem Viver, pelo exercício pleno dos direitos frente aos impactos da mineração, da crise climática e das empresas.

Para concluir esta breve revisão de algumas das iniciativas mais importantes de articulação continental e internacional das resistências à mineração transnacional, é preciso ressaltar as atividades, organizações e campanhas de diferentes partes do mundo que se encontraram no Fórum Social Mundial realizado na cidade de Dakar, Senegal, em fevereiro de 2011, no contexto das rebeliões populares que sacudiam o norte da África e o Oriente Médio. Neste sentido, o Fórum serviu como um novo espaço de encontro e fortalecimento das convergências globais frente à megamineração, às transnacionais e aos responsáveis pela crise climática.

Da mesma forma, no terreno das articulações binacionais, deve-se destacar o bloqueio regional contra a mineração na região da Cordilheira argentina e chilena, materializado através do “Abraço binacional à Cordilheira”, em fevereiro de 2011. Esse protesto foi impulsionado pelas Assembleias Cidadãs das províncias argentinas de Mendoza, San Juan, San Luis, La Rioja, Catamarca, Tucumán, Santiago del Estero, Salta e Jujuy, nucleadas na UAC; em articulação com experiências de resistência à mineração no Chile. O objetivo dessa inovadora ação foi denunciar a vigência do Tratado entre a República do Chile e a República Argentina sobre Integração e Complementação Mineira, assinado em 1997 e que, segundo as organizações convocantes, significou a entrega da Cordilheira para

as transnacionais, contribuindo para a constituição de um “terceiro Estado”, minerador transnacional, exatamente nas nascentes de água de ambos os países. A proposta assumiu a modalidade de bloqueios simultâneos nas diferentes passagens de fronteira, em Uspalla, Mendoza (estrada internacional argentino-chilena no 7); Belén, Cerro Negro, Catamarca (estrada nacional no 40); Tucumán-Catamarca, limite estrada 337-Valles Calchaquíes e Patquía, La Rioja (nó viário estrada nacional no 38). Na localidade de Rodeo, província de San Juan, diversas organizações comunitárias chilenas e argentinas tiraram a tranquilidade desse povoado rural ferreamente controlado pela transnacional Barrick Gold, que recorreu à polícia local para interromper e reprimir a marcha. Essas ações binacionais exigiram a anulação de todos os convênios de megamineração e a expulsão das mineradoras de seus territórios em respeito à autodeterminação dos povos. Reafirmaram ainda a decisão de fortalecer e multiplicar as medidas de força até que a legislação mineira vigente se modifique e seja sancionada uma lei nacional de proibição da megamineração.

As experiências referidas não esgotam o intenso processo de lutas e ações contra as indústrias extrativas, mas permitem dar conta da importância e visibilidade que adquiriu, nos últimos anos, a luta contra a mineração transnacional e de algumas das características e desafios que enfrenta. O desenvolvimento da crise econômica internacional parece assumir, na maioria dos países latino-americanos, perfis que combinam altos índices de crescimento econômico responsáveis pela sensação de bem-estar material de alguns setores da população, por certo não majoritários, com uma intensificação dos processos de despossessão dos bens comuns naturais de inédita intensidade. A retórica neodesenvolvimentista promovida por esses processos tende a visibilizar os supostos benefícios imediatos dessa lógica (crescimento econômico, geração de empregos), desvalorizando e ocultando as terríveis consequências ambientais e sociais que essa lógica de “superação da crise” coloca e colocará em um futuro próximo. Mas, por outro lado, esse processo de recolonização continental praticado por multinacionais e governos, tanto na África quanto na América Latina, enfrenta intensas experiências de resistência e luta protagonizadas por setores populares e classes subalternas que desafiam a lógica da despossessão e reivindicam o direito à vida. Nesse heterogêneo e vital entremeadado de ações, resistências e sonhos, forjam-se os debates e as propostas que postulam e tentam construir cotidianamente um horizonte civilizatório alternativo caracterizado pela desmercantilização, pela descolonização e pela emancipação dos povos.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

Agência Petrobras de Notícias 2010 *Descoberta de petróleo em Angola*. Disponível em: <http://www.agenciapetrobrasdenoticias.com.br/>

AngloGold Ashanti 2007 *Reporte del país Colombia 07*. Disponível em: [www.anglogold.co.za](http://www.anglogold.co.za)

Antonelli, Mirta 2009 “Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura. La gestión del paradigma hegemónico de la “minería responsable y desarrollo sustentable” en Svampa, Maristella, Antonelli, Mirta 2009 *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales* (Buenos Aires: Editorial Biblos).

AA. VV. 201 *La resistencia de las comunidades de Ayavaca* (Lima: CONACAMI-FEPROCCA).

Comisión Económica para América Latina y el Caribe 2009 *Vale realiza investimento recorde em 2008: US\$ 10,2 bilhões* (Santiago de Chile: CEPAL) Nota de imprensa, 21 de janeiro de 2009.

Confederación Nacional de Comunidades del Perú afectadas por la Minería (CONACAMI) 2009 *La invasión de nuestros territorios: la expansión de las concesiones mineras en el centro del Perú* (Lima: CONACAMI).

Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI) 2010 *Buen Vivir. Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas* (Lima: CAOI).

Conferência Episcopal de Angola e São Tomé 2008 *Transparência no sector petrolífero angolano 2002-2006* (Luanda, CEJP).

Defensoría del Pueblo 2009 *Reporte de conflictos sociales* (Lima: Defensoría del Pueblo), agosto 2009.

I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale 2010 *Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo* (Rio de Janeiro: Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale). Versão preliminar.

Financial Times 2010 *Brazil accelerates investment in Africa*, artigo publicado em versão eletrônica 09/02/2010. Disponível em: <http://www.ft.com/>

Gudynas, Eduardo 2011 “La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda” em *Revista Sin Permiso*, No. 8. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=3849>

Gudynas, Eduardo 2011 “Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo” em *América Latina en movimiento* (Quito:ALAI), No 462, fevereiro

Jornal O Globo 2011 (a) *A Vale registra lucro recorde de R\$ 30 bilhões em 2010*, artigo publicado em versão eletrônica 25/02/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/>

Jornal O Globo 2011 (b) *Do Rio Doce para o mundo: Vale investirá mais de US\$ 9 bi no exterior até 2014*, artigo publicado em versão eletrônica 12/03/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/>

Ministerio de Relaciones Exteriores del Estado Plurinacional de Bolivia 2009 *El Vivir Bien como respuesta a la crisis global* (La Paz: MRE).

Performances 2009 *Le secteur minier en Afrique Subsaharienne. Problématiques, Enjeux et Perspectives* (Dakar : Performances Management Consulting). Disponível em : [www.performancesconsulting.com](http://www.performancesconsulting.com)

Quijano, Aníbal 2000 “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, em Lander, E. (comp.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: CLACSO).

Selemane, Tomás 2010 *Questões à volta da mineração em Moçambique. Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize e Sussundenga* (Maputo: CIP).

Seoane, José, Taddei, Emilio, Algranati, Clara 2010 *Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos* (Rio de Janeiro: Diálogo de los Pueblos-GEAL).

Valencia, Mario A 2010 *Colombia: paraíso de las transnacionales mineras*. Disponível em: <http://www.cronicon.net/paginas/edicanter/ediciones53/nota8.htm>

**Sítios na Internet das empresas:**

AngloGold Ashanti  
[www.anglogold.co.za](http://www.anglogold.co.za)

Vale  
[www.vale.com](http://www.vale.com)